

BRASIL: POTÊNCIA AGROAMBIENTAL DESVALORIZADA

CAIO PENIDO

PRESIDENTE DO GRUPO DE TRABALHO DA PECUÁRIA SUSTENTÁVEL (GTPS)

DA REDAÇÃO

Empresário nas áreas de agronegócio e produção audiovisual, Caio Penido é presidente do GTPS e diretor de Comunicação do Instituto Mato-grossense da Carne (IMAC). É, também, sócio-diretor da Encruzilhada Filmes e da Agropecuária Água Viva e membro do Conselho de Administração do Grupo Roncador, voltado às atividades de pecuária, agricultura e mineração.

ATUALMENTE, QUAL É O MAIOR DESAFIO DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL?

CAIO PENIDO: Acesso a crédito, assistência técnica e regularização ambiental! Acredito que a real motivação para que o pecuarista busque crédito e assistência técnica seja a agregação de valor à produção comprovadamente sustentável. Se o pecuarista perceber que ele vai ganhar mais dinheiro com a adoção de boas práticas, ele vai espontaneamente se regularizar, acessar crédito e contratar a assistência técnica.

Outro grande desafio são a complexidade e a insegurança do processo de regularização ambiental e fundiária: deveria ser mais simples e atingível. Muitas vezes, tal processo de regularização é tão complexo que desestimula o produtor.



QUAL É A MISSÃO PRINCIPAL DA NOVA GESTÃO À FRENTE DO GTPS?

CP: Encontrar a verdadeira **motivação** que irá impulsionar a transição do velho para o novo paradigma da produção sustentável, estimulando os pecuaristas a produzirem mais emitindo menos gases do efeito estufa e respeitando as legislações trabalhista e ambiental. Transforma-se, assim, o

“
 ...AVANÇAMOS MUITO
 NOS ÚLTIMOS ANOS,
 MAS AINDA EXISTEM
 PROBLEMAS, CAUSADOS,
 SOBRETUDO, PELA
 FALTA DE INFORMAÇÕES
 CONFIÁVEIS SOBRE
 O SETOR.”

Código Florestal, o ativo ambiental e os sistemas produtivos de baixas emissões em vantagens competitivas do Brasil!

Para isso, será preciso estimular a melhoria contínua por meio do engajamento dos diferentes atores dessa cadeia e apoiar a elaboração de estudos relevantes que fundamentem a escolha de um bom plano de ação para que o Brasil seja referência mundial em pecuária sustentável. Por fim, precisamos comunicar-nos cada dia melhor com a sociedade brasileira sobre a realidade do setor.

É POSSÍVEL COMPOR UMA AGENDA ENTRE OS ELOS DA CADEIA DE VALOR DA PECUÁRIA?

CP: Sim, mas envolve um conjunto de ações. É preciso reconhecer o Brasil como referência em conservação ambiental e o produto rural como guardião de boa parte dessa diversidade. O apoio das Secretarias Estaduais do Meio Ambiente (SEMAs) é fundamental para validar os Cadastros Ambientais Rurais (CARs) e atender o Código Florestal. Isso dará segurança jurídica ao produtor

e o País. O estímulo à intensificação sustentável inclusiva e em escala deve vir por meio de sistemas produtivos mais eficientes e com menor emissão de gases do efeito estufa (GHG, na sigla em inglês).

Temos, ainda, que combater o desmatamento ilegal, apoiar o Código Florestal e regulamentar ferramentas para serem usadas na prática. O desenvolvimento de mecanismos de valorização do ativo ambiental, por exemplo, oferece aos produtores alternativas ao desmatamento, como sistemas agroflorestais, Prestação de Serviços Ambientais (PSA), crédito de carbono, Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+, na sigla em inglês) e floresta como garantia a financiamentos, dentre outros. Para as áreas de Reserva Legal (RL) e seus excedentes, aplica-se mecanismos de isenção fiscal. Ao atender o Código Florestal, o produtor deve receber apoio no acesso a financiamentos, investidores e fundos diferenciados.

As campanhas de valorização da carne de qualidade, comprovadamente sustentável e livre de desmatamento ilegal, promovem o consumo responsável e consciente. Apoiamos a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e outras instituições com dados e argumentos para a abertura de mercados, o reconhecimento e a valorização das boas práticas e o desenvolvimento da sustentabilidade. Afinal de contas, para pagar a conta da intensificação sustentável na nossa pecuária, é preciso que os consumidores reconheçam esses atributos fundamentais para conquistar novos mercados.

A INDÚSTRIA PODERIA LIDERAR A COORDENAÇÃO DA CADEIA?

CP: Acredito que as indústrias, as redes varejistas e os restaurantes, sobretudo, mas não somente os grandes, tenham um papel importante nesse processo. Afinal, são estes *players* que comercializam a nossa carne aqui e lá fora e sentem de perto as exigências, as barreiras e as expectativas dos mercados interno e internacional.

Mas, antes de tudo, é necessário que internalizem esses novos paradigmas em seus modelos de

negócios, assumindo um “compromisso” genuíno e tangível que remunere melhor quem produz certo, com base na maturidade dessas empresas, e não em imposições externas!

TIVEMOS PROBLEMAS RELACIONADOS A QUEIMADAS E DESMATAMENTOS NO PASSADO. AVANÇAMOS NESSA QUESTÃO?

CP: Acredito que avançamos muito nos últimos anos, mas ainda existem problemas, causados, sobretudo, pela falta de informações confiáveis sobre o setor. Até hoje, se discute o número de cabeças de gado no Brasil, cada um defendendo seu dado.

Na minha opinião, a estratégia de “moratórias” está ultrapassada. Para que possamos ser eficazes, precisamos, primeiramente, qualificar os indicadores sobre o setor. Para isso, no GTPS, estamos propondo um **raio x do desmatamento**. Queremos saber quanto do desmatamento está em terras públicas e quanto está em terras privadas. Do desmatamento em terras públicas, quanto foi em áreas indígenas, assentamentos ou florestas isoladas que podem estar prestes a ser griladas? Do desmatamento em terras privadas, quanto foi legal e quanto foi ilegal?

COMO CADA
PROBLEMA EXIGE
UMA SOLUÇÃO,
PRECISAMOS
EXPLICAR ISSO PARA
A SOCIEDADE DE
UMA FORMA CLARA
E TRANSPARENTE.

PODEMOS CITAR EXEMPLOS DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA PECUÁRIA BRASILEIRA?

CP: Como a nossa legislação ambiental é rígida e conservacionista, o simples cumprimento do Código Florestal já é um exemplo de práticas sustentáveis, principalmente se comparado aos de outros países.

No entanto, é preciso ir além na intensificação sustentável com práticas de baixa emissão de carbono, sempre levando em conta o balanço líquido de emissões, e não só as emissões entéricas. Investimento em tecnologia e inovação também são importantes. Porém, nada disso adiantará se não houver investimento em treinamento e gestão.

É preciso avançar na adoção de modelos de produção só viáveis em nossas condições tropicais, como a integração Lavoura-Pecuária (iLP), a integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), o plantio direto, a intensificação, entre outras práticas.

COMO FORAM OS DEBATES NA CONFERÊNCIA GLOBAL DE PECUÁRIA SUSTENTÁVEL, REALIZADA NA IRLANDA, PELA GLOBAL ROUNDTABLE FOR SUSTAINABLE BEEF (GRSB)?

CP: Na Conferência, cada país apresentou seu desafio relativo a sustentabilidade: alguns sofrem com a oposição aos hormônios e aos antibióticos, outros são questionados quanto ao bem-estar animal e à intensificação exagerada, e os países que ainda detêm floresta sofrem com o risco de desmatamento. Precisaremos alimentar 9,5 bilhões de habitantes em 2050, e, por isso, não se trata de uma competição entre países; todos precisam superar seus desafios e produzir alimentos para toda a população e para sempre.

Durante o evento, foi muito interessante perceber que o Brasil está em uma situação relativamente confortável: não utilizamos hormônio, utilizamos pouco antibiótico, a maior parte do nosso rebanho é criada a pasto, ainda podemos intensificar de forma sustentável mantendo o bem-estar animal e melhorando o balanço de carbono. Enfim, fazemos

tudo isso e ainda conservamos mais de 60% da vegetação nativa do País. O próximo passo é mapear cada um desses atributos, mensurá-los, validá-los e transformar isso tudo em diferencial competitivo para o Brasil!

COMO AS POLÍTICAS PODEM VALORIZAR OS ATIVOS AMBIENTAIS?

CP: Vivemos em um país que tem o que poucos têm: floresta e biodiversidade. A nossa legislação e o Código Florestal obrigam o produtor a conservar boa parte da sua propriedade, e é por isso que precisamos, também, de uma atuação firme do Governo para transformar o nosso ativo ambiental em vantagem competitiva para o produtor e o Brasil.



Se a biodiversidade tem realmente valor para o mundo, precisamos mensurar e precificar isso para reconhecer o Brasil como a potência ambiental que é! Nossa vegetação nativa deveria ser nosso petróleo verde. Ao prestar serviços ambientais e ecossistêmicos para todo o mundo, deveríamos estar sendo reconhecidos e remunerados por estes serviços. Por isso, acredito na valorização do ativo ambiental como estratégia de conservação.

COMO PODEMOS VALORIZAR O PRODUTO BRASILEIRO NO MERCADO GLOBAL?

CP: Infelizmente, a nossa rica biodiversidade tem nos prejudicado no mercado global. A nossa carne “carrega” um alto custo ambiental não convertido em vantagem competitiva. Ao contrário, a falta de dados e o despreparo de nossos negociadores têm nos transformado em vítimas de uma concorrência desleal no mercado internacional, exatamente pelo risco de desmatamento.

O produtor brasileiro arca com o investimento inicial na aquisição de terras com vegetação nativa para poder produzir no restante da propriedade, tem um custo anual no controle e na manutenção das RLs, precisa gastar com cercas para separar as pastagens da vegetação nativa e precisa contratar técnicos ambientais e advogados especializados para tentar se regularizar e se defender. Tudo isso pelo simples motivo de ainda sermos os maiores detentores de áreas nativas ricas em biodiversidade do mundo.

Já os nossos concorrentes, que não conservaram suas florestas, são vistos como um mercado ambientalmente seguro. É uma inversão total de valores, e precisamos pensar em atuar junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) e demais organismos globais para tornar o acesso a mercados internacionais mais justo para o Brasil.

Floresta, biodiversidade, carbono e água têm valor? Então, chegou a hora de monetizarmos esse ativo ambiental e transformá-lo efetivamente em vantagem competitiva para o Brasil – a maior potência agroambiental do mundo. ■